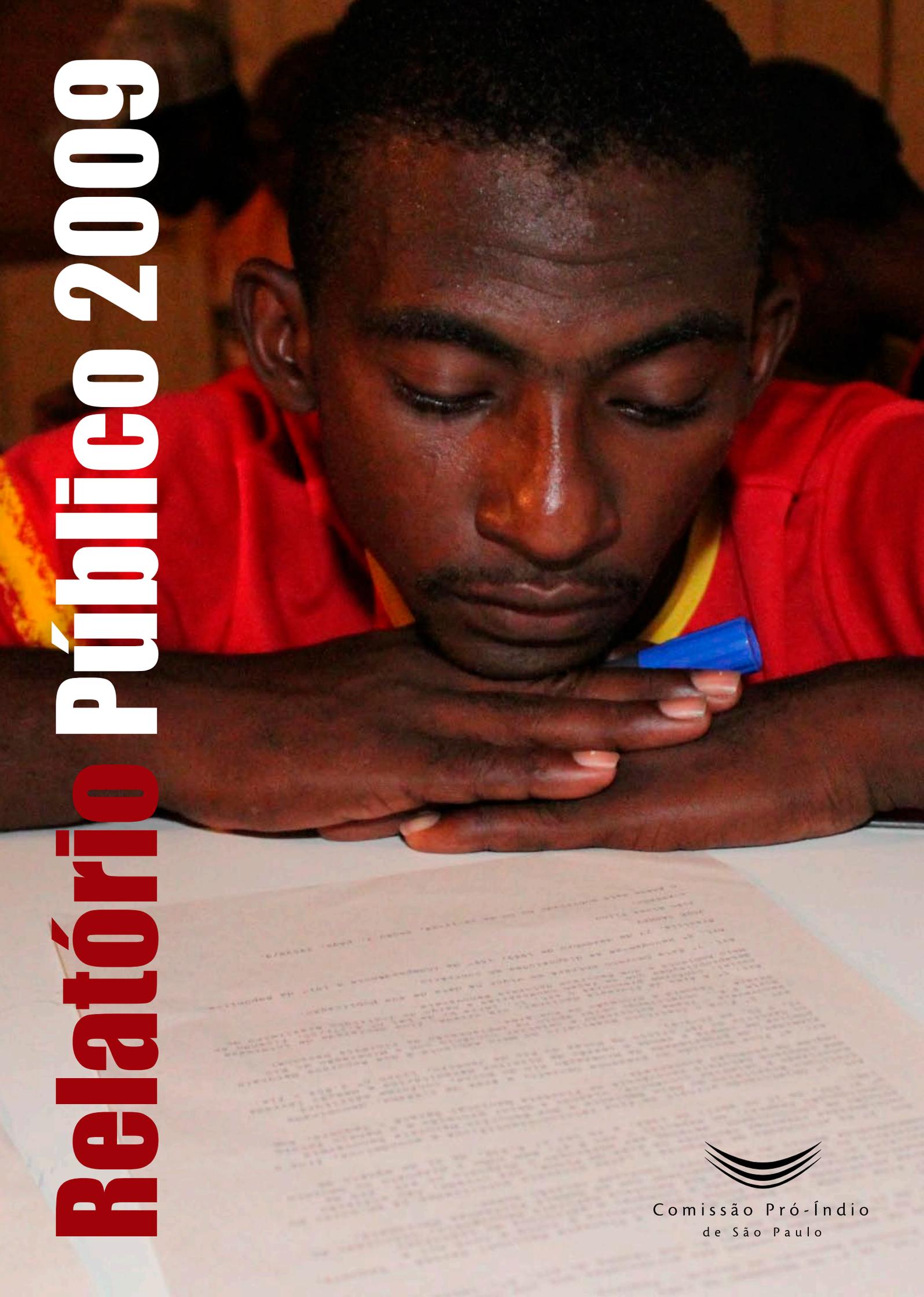


# Relatório Público 2009



Comissão Pró-Índio  
de São Paulo

## **In memoriam de Glenn Switkes**

Em dezembro de 2009, a CPI-SP perdeu seu conselheiro Glenn Switkes.

Glenn, 58, era diretor do programa Amazônia da organização norte-americana International Rivers.

A nossa parceria com Glenn remontava à década de 1990 e incluiu diversas ações conjuntas na defesa de direitos de índios e quilombolas ameaçados por empreendimentos hidroelétricos. Desde 2001, Glenn integrava o Conselho Diretor da CPI-SP.



Comissão Pró-Índio  
de São Paulo

A Comissão Pró-Índio de São Paulo foi fundada em 1978 por um grupo composto de antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas diante das crescentes ameaças do regime ditatorial vigente naquela época.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo atua com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas, com o combate à discriminação racial e étnica e o fortalecimento da democracia no Brasil.

Para alcançar seus objetivos, a CPI-SP monitora as ações do Poder Público; divulga informações sobre e para os beneficiários; promove atividades de formação e produz material didático; assessora organizações dos grupos beneficiários; e promove ações de incidência visando assegurar os direitos de índios e quilombolas.

Sítio eletrônico: [www.cpisp.org.br](http://www.cpisp.org.br)  
Rua Padre Carvalho, 75 – São Paulo - SP – 05427-100  
tel./fax (11) 3518-8961/3814-7228  
email: [cpisp@cpisp.org.br](mailto:cpisp@cpisp.org.br)

Acompanhe a CPI-SP no [twitter](#)



Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o meio ambiente. Todo o texto foi diagramado com a Ecofont, tipografia que economiza até 25% de tinta na impressão.

# ÍNDICE

## MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS & *ADVOCACY*

- » Monitoramento “Terras Guarani no Sul e no Sudeste” 05
- » Monitoramento “Comunidades Quilombolas e Direitos Territoriais” 06
- » Repercussão na Imprensa 07
- » Debate: “Comunidades Quilombolas: territorialidade e proteção jurídica” 08

## ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

- » Material Didático: “O Jogo da Titulação” 09
- » Oficina “Jovens Quilombolas e a Luta pela Terra” 10
- » Oficina “Jovens Quilombolas do Alto Trombetas e a Luta pela Terra” 11
- » Oficina “ARQMO: 20 anos de lutas e conquistas” 12

## ASSESSORIA

- » Assessoria à Malungu 13
- » Assessoria às Organizações Quilombolas de Oriximiná 14

## INFORME FINANCEIRO

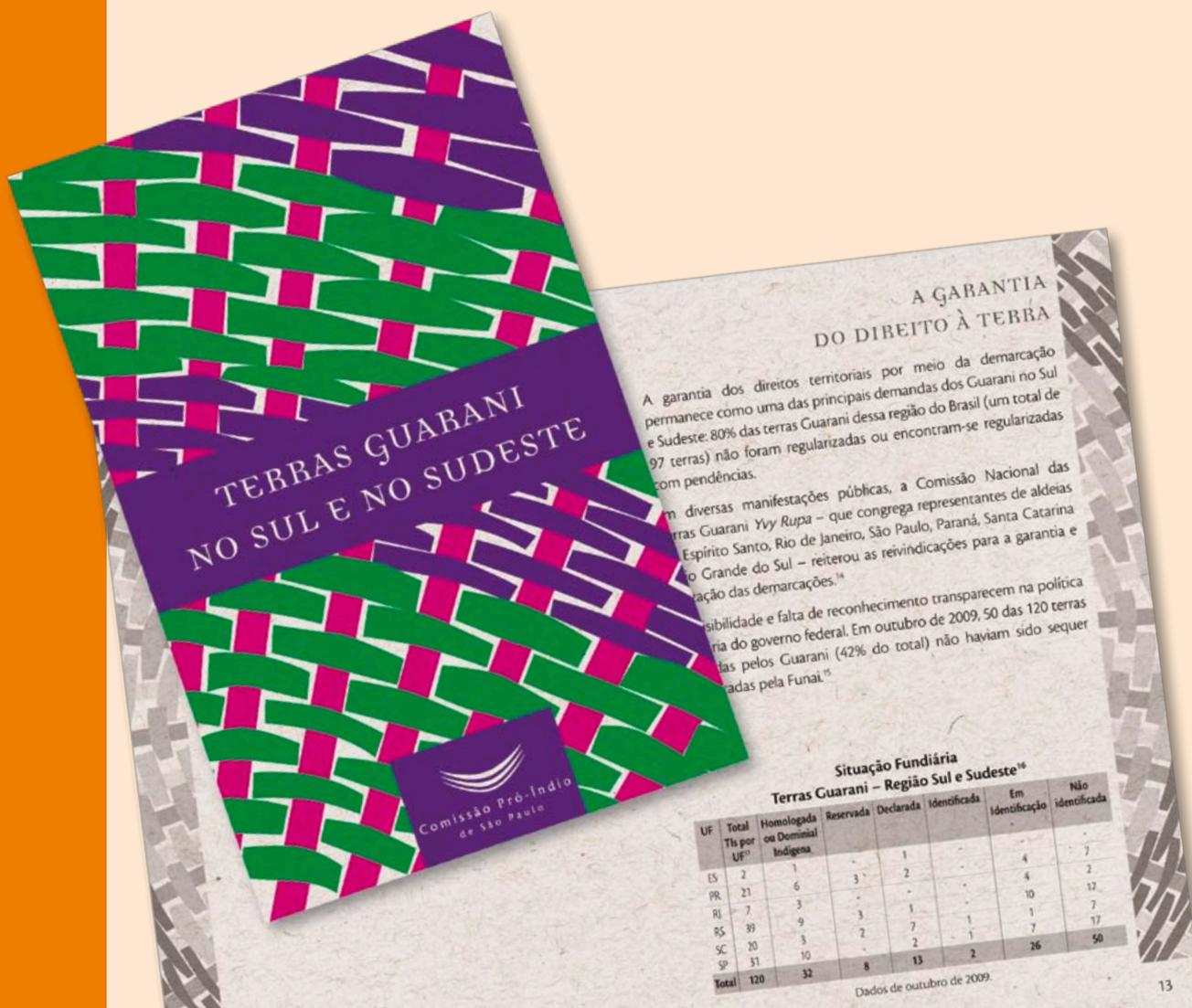
15

## MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS & ADVOCACY

### » Monitoramento “Terras Guarani no Sul e no Sudeste”

Em 2009, a CPI-SP deu continuidade ao monitoramento das 120 terras com presença Guarani em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acompanhando a evolução de 41 processos de regularização fundiária, 97 ações judiciais e os desdobramentos de 18 casos com incidência ou em área contígua a unidades de conservação. A pesquisa inclui o levantamento de informação em sítios eletrônicos, estudos acadêmicos, material de imprensa, arquivos do Ministério Público Federal, Diário Oficial da União e Diário Oficial da Justiça.

Em dezembro, a CPI-SP disponibilizou ao público os resultados do monitoramento por meio do livro *Terras Guarani no Sul e no Sudeste*.





## » Repercussão na Imprensa

**Forum** revista  
sobre mundo em debate  
aprender e ensinar  
TENDÊNCIAS

A REVISTA NOTÍCIAS BLOGUEIROS EDIÇÃO DO MÊS EDIÇÕES ANTERIORES BLOG DO

**Edição 80 • Novembro de 2009**

Nesta edição, Fernando Anitelli, do Teatro Mágico, concede entrevista e fala sobre distribuição livre de conteúdo e conta como a internet mudou a história da trupe. Confira também a posição dos setores empresarial, governo e sociedade civil sobre as principais propostas para a Conferência Nacional de Comunicação.

---

**Os quilombolas e o placar das titulações**

Por Lúcia M. M. de Andrade e Daniela C. Peruti (Terça-Feira, 1 de Dezembro de 2009 às 15:27hs)

No Brasil, 172 comunidades quilombolas contam com o título de propriedade coletiva de seu território – o que representa 13% das 1.342 comunidades registradas no cadastro da Fundação Cultura Palmares e 6% da totalidade estimada pelo movimento social, cerca de três mil comunidades. Os números não deixam dúvidas de que a atuação governamental ainda está muito aquém do necessário para garantir o direito desses brasileiros e brasileiras à propriedade de suas terras, como previsto na Constituição Federal.

Ainda que possamos saudar a criação de políticas públicas e programas governamentais dirigidos aos quilombolas, as titulações – que são a garantia da posse e propriedade da terra – precisam urgentemente ser aceleradas. Infelizmente, desde a primeira titulação de uma terra quilombola, que ocorreu somente sete anos após a promulgação da Constituição, em novembro de 1995, a morosidade tem sido a marca desse processo.

**Revista Fórum**

**ADITAL**  
NOTÍCIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Quem Somos Quer colaborar? Receba o Boletim Anuncie em /

Quarta-Feira, 24 de março de 2010

**tes: Economia Solidária e Tráfico de Pessoas. Clique**

10.11.09 - AMÉRICA LATINA E CARIBE

**Quilombos latinoamericanos**

Lúcia M. M. de Andrade e Carolina K. I. Bellinger \*

Adital -  
A existência de quilombos contemporâneos muitas vezes suscita surto e suspeição. É bem possível que tal reação decorra da visão errônea os considera um fenômeno ligado ao passado e dissipado com a abo escravidão. Não por acaso o quilombo mais conhecido entre nós é o quilombo destruído pela repressão branca.

Estudos demonstram que muitos outros quilombos existiram e resisti diversas regiões de nosso país até os dias de hoje. No processo mai por seus direitos, homens e mulheres quilombolas vão superando a i evidenciando mais uma face da diversidade sociocultural do Brasil. Es apontam a existência de cerca de 3 mil comunidades quilombolas; o o governo federal já reconhece 1.342 grupos.

A existência de quilombos contemporâneos é uma realidade latino-am comunidades são encontradas em países como Colômbia, Equador,

**ADITAL**

**Repórter Brasil** DESTINO MIRRIAGO

23/04/2009

**Governo federal não tituló terras quilombolas em 2008**

Movimentos apontam a publicação de Instrução Normativa nº 49 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como um dos motivos para a ausência de titulação de territórios quilombolas em todo o ano passado

Por Bianca Pyl\*

O ano de 2008 não foi positivo para as comunidades quilombolas. O governo federal não tituló nenhuma terra remanescente de quilombo no ano passado e ainda publicou a Instrução Normativa (IN) nº 49 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com novos procedimentos para a identificação e a titulação das terras quilombolas. A medida é considerada um retrocesso pelo movimento quilombola.

Representantes de comunidades até participaram de consulta prévia convocada pela Advocacia Geral da União (AGU), mas não viram seus interesses atendidos no resultado final. Em 2007, o quadro das titulações não foi muito diferente: apenas dois títulos foram entregues pelo governo federal.

Já os governos estaduais do Pará, Maranhão e Piauí emitiram juntos 23 títulos de posse para comunidades quilombolas em 2008. Entre 2003 a 2008, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu apenas seis títulos de territórios tradicionais com essas características. No mesmo período, Pará, Maranhão e Piauí titularam, respectivamente, 16, 15 e 3 territórios.

**Repórter Brasil**

**Século Diário**

15/02/2009

**Balanco 2008 mostra estagnação no processo de titulação quilombola**

Flávia Bernardes

Das três mil terras quilombolas no Brasil, apenas 185 foram tituladas em 2008. A conclusão é do monitoramento "Comunidades Quilombolas e Direitos Territoriais", do Conselho Pró-Libido, de São Paulo, que constatou também serem as ações judiciais no Espírito Santo as dos principais motivos para tanta demora

Prova disso, mostra o documento, é a condição do território quilombola de Linharinho, no norte do Estado. Neste caso há um mandado de segurança pedindo a suspensão do procedimento administrativo do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). A aplicação proposta pela Associação Oculose acertou a positividade do processo no órgão desde o dia 13 de abril de 2008.

Ao todo, o monitoramento teve conhecimento de 45 decisões judiciais tomadas ao longo de 2008 em processos envolvendo comunidades quilombolas em todo o País. Desse total, 19 podem ser consideradas favoráveis aos quilombolas, 23 contrárias e uma sem julgamento de mérito. Ao todo, pelo menos 61 terras quilombolas vão até o Judiciário.

Além de Linharinho, estão em processo de litigação também as terras quilombolas de Monte Alegre e Retiro, que já tiveram seus

**Século Diário**

**Brasil Atual** Boletim | RSS | Orkut | Twitter

**Rádio Brasil Atual**

Você está aqui: Página Inicial → Rádio Brasil Atual → Programas → Jornalismo → população Guarani do sul e do sudeste

**Jornal Brasil Atual**

**Poder público ignora população Guarani do sul e do sudeste**

Ignorados e completamente a população indígena guarani de estados do sudeste como RJ, SP, ES, PR e SC sobrevivem com dificuldades e aguardam pela regularização de terras. A constatação é de um levantamento da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

**Rádio Brasil Atual (97,3 FM)**

**Portal EcoDebate**  
Cidadania e Meio Ambiente

A Eletrobrás não para. O Brasil também não.

dezembro 14, 2009

**Comissão Pró-Índio de São Paulo lança o livro 'Terras Guarani no Sul e no Sudeste'**

Compartilhe no Twitter

**Portal EcoDebate**

## » Debate: “Comunidades Quilombolas: territorialidade e proteção jurídica”

O debate foi promovido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo e Conectas Direitos Humanos, com o apoio do Ministério Público Federal, no dia 26 de agosto no auditório da Procuradoria Regional da República da 3ª Região.

O evento foi concebido para denunciar as ameaças de retrocesso na garantia dos direitos das comunidades quilombolas e especialmente os riscos envolvidos no iminente julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da **Ação Direta de Inconstitucionalidade do decreto** que regulamenta os procedimentos para titulação das terras quilombolas.

O evento reuniu cerca de 90 pessoas integrantes do Ministério Público Federal, ONGs, órgãos governamentais, empresas e universidades.

**Comunidades Quilombolas: territorialidade e proteção jurídica**  
Dia 26 de agosto de 2009  
Auditório da PRR 3ª Região

**Programação:**

**14hs Mesa de Abertura**  
• LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN, Procuradora Chefe da PRR 3ª Região  
• OSCAR VILHENA VIEIRA, Diretor Jurídico Conectas  
• LÚCIA M. M. DE ANDRADE, Coordenadora Executiva CPI-SP

**15hs Mesa: Comunidades Quilombolas: territorialidade e proteção jurídica**  
Coordenação:  
• JOSÉ RICARDO MEIRELLES, Procurador Regional da República

**Palestrantes:**  
• FLÁVIA PIOVESAN, Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
• CÍNTIA BEATRIZ MÜLLER, Associação Brasileira de Antropologia  
• GIROLAMO DOMENICO TRECCANI, Professor de Direito Agrário da UFPA  
• WALTER CLAUDIUS ROTHEMBURG, Procurador Regional da República

Local: Auditório da Procuradoria Regional da República da 3ª Região.  
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2020, Bela Vista, São Paulo, SP.

Solicitamos a inscrição prévia.  
Acesse **AQUI** o site da PRR3 e faça sua inscrição gratuita

Informações: (11) 3518 8961

Organizadores:  
Comissão Pró-Índio de São Paulo  
CONECTAS  
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITOS HUMANOS

Apoio Institucional:  
PRR 3ª REGIÃO



## ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Em 2009, a CPI-SP promoveu três oficinas de capacitação para jovens quilombolas do Pará que contaram com a participação de 127 participantes.

### » Material Didático: “O Jogo da Titulação”

Para subsidiar as atividades de formação a CPI-SP produziu “O Caminho da Titulação”, material didático em formato de jogo de baralho para ensinar de maneira lúdica os procedimentos para a titulação das terras quilombolas.



## » Oficina “Jovens Quilombolas e a Luta pela Terra”

Dando continuidade ao programa de formação de jovens quilombolas, a CPI-SP e a Malungu, em parceria com o Centro de Cultura Negra do Maranhão, promoveram mais uma oficina de capacitação.

Realizada nos dias 4 a 7 de junho na cidade de Belém, a oficina contou com a participação de 27 jovens, sendo 13 do Pará e 4 do Maranhão. Os(as) jovens paraenses vieram de 16 comunidades de 10 municípios do estado.



## » Oficina “Jovens Quilombolas do Alto Trombetas e a Luta pela Terra”

A oficina foi realizada numa promoção conjunta da CPI-SP com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e o apoio da Cooperativa do Quilombo nos dias 17 a 19 de setembro, na Comunidade Abuí, em Oriximiná.

A oficina foi dirigida aos jovens das 13 comunidades quilombolas de Oriximiná que ainda não tiveram suas terras tituladas. Participaram da oficina 49 quilombolas, sendo 25 mulheres e 24 homens.

O tema da oficina (luta pela terra) foi abordado sobre três perspectivas: a importância da titulação e como ela pode contribuir para melhorar a vida nas comunidades; os procedimentos administrativos para a titulação das terras quilombolas; e a importância da organização das comunidades para alcançar a titulação.



Encontro de Raízes Negras  
Comunidade Tapagem

Depois de tudo isso, fomos presenteados com a chegada da ARQMO em 89 que veio através de nossas dificuldades salvar nossa Pátria.

Aconteceu também encontros de raízes negras nas comunidades pagem e serrinha. Não tínhamos muita paciência de estar juntos, mas temos como uma lembrança marcante p/nós Quilombolas.

Tivemos também uma das coisas muito importante. que foi a entrega do Título da terra da comunidade Soa Uista, que aconteceu no ano de 95, também foi muito marcante p/nós Quilombolas.

1995

## » Oficina “ARQMO: 20 anos de lutas e conquistas”

A oficina foi realizada na Comunidade Jamari (em Oriximiná), nos dias 8 e 9 de dezembro, com a presença de 51 participantes (21 mulheres e 30 homens) de 17 comunidades. O evento organizado pela CPI-SP e ARQMO contou com o apoio da Cooperativa do Quilombo e do Imafloira.

A oficina teve por objetivos: ampliar o conhecimento dos quilombolas sobre os procedimentos administrativos para titulação de suas terras; refletir sobre o seu processo organizativo; e, discutir e aprovar um plano de trabalho para 2010.

Na oficina, foram definidas três metas prioritárias para a parceria ARQMO, Cooperativa do Quilombo e CPI-SP em 2010: titulação dos três territórios ainda não regularizados; fortalecimento da participação e organização dos jovens; e legalização e fortalecimento das associações quilombolas de Oriximiná.



## ASSESSORIA

Em 2009, a CPI-SP prosseguiu a assessoria à Malungu — Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará, à Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e à Cooperativa do Quilombo (CEQMO). A assessoria é uma das dimensões da parceria que a CPI-SP mantém há muitos anos com essas organizações e que inclui também o desenvolvimento conjunto de ações de *advocacy* voltadas prioritariamente para a garantia dos direitos territoriais e eventos de formação.

### » Assessoria à Malungu

Em 2009, a CPI-SP assessorou a coordenação da Malungu na definição de seu plano de trabalho anual, bem como apoiou a elaboração e a gestão de seus projetos de financiamento. Contribuiu também com as ações da Malungu que garantiram a participação de uma delegação de 200 quilombolas paraenses no Fórum Social Mundial. E colaborou ainda com as iniciativas visando agilizar a titulação das terras das comunidades quilombolas do Marajó, uma das regiões de maior conflito no estado.



## » Assessoria às Organizações Quilombolas de Oriximiná

Em 2009, a ARQMO e a CPI-SP deram prosseguimento às iniciativas visando proteger os direitos das 13 comunidades quilombolas de Oriximiná que se encontram ameaçadas pela concessão da floresta nacional Saracá-Taquera.

Inicialmente, a área aberta à concessão estava sobreposta ao território quilombola. Graças à ação da ARQMO e da CPI-SP conseguiu-se ainda em 2008 que as terras quilombolas ficassem fora da área a ser aberta às madeireiras. Mas a insegurança permanece uma vez que a titulação ainda não foi concretizada. E, apesar do compromisso do presidente do Incra de concluir os relatórios de identificação dos territórios quilombolas em 2009, chegou-se ao final do ano sem que esses relatórios tivessem sido realizados.

Em novembro de 2009, a Procuradoria da República no Município de Santarém apresentou ação civil pública com o objetivo de resguardar os direitos das comunidades quilombolas. A iniciativa é um desdobramento de procedimento administrativo instaurado pela Procuradoria a partir de representação da Comissão Pró-Índio de São Paulo. A ação demanda a imediata suspensão da licitação para concessão florestal até que sejam publicados na imprensa oficial o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos territórios quilombolas e o novo Plano de Manejo da Flona.



# INFORME FINANCEIRO

A contabilidade da CPI-SP relativa ao exercício de 2009 foi auditada pela HLB Audilink & Cia. Auditores. O parecer dos auditores encontra-se disponível para consulta no sítio eletrônico da CPI-SP.

## ENTRADAS EM 2009

ORIGEM DOS RECURSOS	REAIS (R\$)
Doações	580.479
CAFOD	90.400
CESE	6.800
Christian Aid	104.333
DKA Áustria	28.615
ICCO	291.400
Programa DTAT- ICCO	58.932
Receitas Financeiras	36.832
Recursos Próprios	308
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>617.619</b>

## DESPESAS EM 2009

DESPESAS REALIZADAS	REAIS (R\$)
Programas	266.780
Programa Povos Indígenas	52.517
Programa Comunidades Quilombolas	155.478
Desenvolvimento Institucional	1.410
Oficina Programa DTAT/ICCO	44.593
Encontro Parceiros CAFOD	12.779
Administrativo e Pessoal	288.077
Auditoria Externa	4.400
<b>TOTAL</b>	<b>559.257</b>

## FINANCIADORES



Projeto gráfico

 Imãs de criação

Fotos  
Carlos Penteadó



Comissão Pró-Índio  
de São Paulo